

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

- **PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7343/2026**

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente documento foi elaborado com base em estudo prévio de viabilidade técnica e econômica das alternativas de contratação, reunindo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a clara definição do objeto, possibilitando a adequada estimativa de custos e o delineamento das condições de execução.

2.2. Este Termo de Referência fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024, que a regulamenta no âmbito do Município, com a finalidade de instruir procedimento licitatório destinado à **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO HATCH**, a ser utilizado como premiação do Programa “**IPTU PREMIADO**”, visando atender às ações institucionais da Administração Pública Municipal de Cacoal.

3. DAS UNIDADES REQUISITANTES

- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ

4. DO OBJETO/OBJETIVO

4.1. DO OBJETO:

4.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a instauração de procedimento administrativo visando à aquisição de 01 (um) veículo do tipo hatch, destinado à Secretaria Municipal de Fazenda, para execução das ações institucionais da Administração Pública Municipal de Cacoal.

4.2. DO OBJETIVO:

4.2.1. O veículo contribuirá será destinado à premiação do programa “IPTU Premiado” constitui importante instrumento de caráter extrafiscal, voltado ao incentivo da adimplência voluntária dos contribuintes municipais, estimulando a regularização tributária e fortalecendo a arrecadação própria do Município.

4.2.2. A medida busca ampliar a participação da população no programa, promovendo maior conscientização acerca da importância do cumprimento das obrigações tributárias, cujos



recursos arrecadados são revertidos em investimentos e melhorias nos serviços públicos ofertados à coletividade.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

5.1.1. A presente demanda tem por necessidade fortalecer as ações de fiscalização, cobrança, acompanhamento e incentivo à adimplência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), nos termos do Decreto nº 8.175/PMC/2021, considerando os impactos diretos da inadimplência sobre a arrecadação própria municipal e a sustentabilidade fiscal do Município.

5.1.2. A redução ou instabilidade na arrecadação compromete o planejamento orçamentário, limita a execução de políticas públicas e afeta a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais prestados à população, tais como saúde, educação, infraestrutura urbana e assistência social. Nesse contexto, torna-se indispensável disponibilizar meios adequados para garantir maior eficiência às atividades desempenhadas pela equipe responsável pelas ações tributárias externas, incluindo visitas técnicas, notificações, levantamentos cadastrais, fiscalização de imóveis, atendimento aos contribuintes e demais diligências relacionadas à arrecadação municipal.

5.1.3. A escolha de veículo do tipo Hatch justifica-se por sua economicidade, praticidade, baixo custo de manutenção, menor consumo de combustível e maior facilidade de deslocamento no perímetro urbano, características que favorecem a otimização dos serviços executados diariamente pela Administração Pública.

5.1.4. Além disso, a disponibilização de veículo próprio proporcionará maior agilidade, segurança e eficiência operacional às equipes envolvidas nas ações de recuperação e fortalecimento da arrecadação tributária, contribuindo diretamente para a elevação dos índices de adimplência do IPTU e para o aprimoramento da gestão fiscal municipal.

5.1.5. Como benefícios esperados, destacam-se o aumento da arrecadação própria, maior eficiência na execução das atividades de fiscalização e cobrança, melhoria na capacidade de investimento do município, otimização da aplicação dos recursos públicos e aprimoramento da prestação dos serviços oferecidos à população, em atendimento ao interesse público.

5.2. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:

5.2.1. A finalidade pública da presente demanda consiste em proporcionar melhores condições operacionais à Administração Municipal para execução das atividades relacionadas à arrecadação tributária, especialmente no que se refere às ações de fiscalização, acompanhamento e incentivo à adimplência do IPTU, conforme previsto no Decreto nº 8.175/PMC/2021.



5.2.2. A aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 km, do tipo Hatch, permitirá maior mobilidade e eficiência às equipes responsáveis pelas atividades externas da Secretaria competente, assegurando maior rapidez no atendimento das demandas administrativas, realização de diligências, visitas técnicas e ações voltadas à regularização tributária dos contribuintes.

5.2.3. Com uma arrecadação mais eficiente, o município amplia sua capacidade de investimento e garante melhores condições para manutenção e ampliação dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, infraestrutura urbana e assistência social, beneficiando diretamente a coletividade.

5.2.4. Além disso, a medida contribui para o fortalecimento da gestão fiscal, melhora o planejamento financeiro municipal e promove maior efetividade na execução das políticas públicas, assegurando o adequado cumprimento das obrigações legais relacionadas à administração tributária.

5.2.5. Dessa forma, a aquisição do veículo atende ao interesse público, promovendo economicidade, eficiência administrativa, melhoria na execução das atividades institucionais e fortalecimento da capacidade do município em atender às demandas da população.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em observância ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, da viabilidade do parcelamento da contratação, o qual constitui, em regra, diretriz a ser adotada pela Administração Pública com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

7.2. Todavia, no presente caso, considerando que o objeto consiste na aquisição de veículo destinado à premiação do Programa IPTU Premiado, verifica-se que não se mostra tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação, haja vista tratar-se de bem indivisível sob o ponto de vista funcional e operacional. O fracionamento do objeto comprometeria a integralidade do bem, a garantia, a assistência técnica e a responsabilização do fornecedor, podendo acarretar prejuízos à execução contratual e à eficiência administrativa.

7.3. Ademais, a aquisição por item único (veículo completo) revela-se economicamente mais vantajosa, na medida em que possibilita melhores condições comerciais, simplificação



na gestão contratual e maior segurança na entrega do objeto, evitando a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores.

7.4. Dessa forma, conclui-se pela não adoção do parcelamento, sendo a adjudicação realizada por item único, correspondente ao veículo completo destinado à premiação do Programa IPTU Premiado, assegurando a integridade do objeto e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8. DA ESPECIFICAÇÃO/ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALOR

QUADRO RESUMO - DESCRIÇÕES, QUANTIDADES E CUSTO ESTIMADO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL HATCH: NOVO: COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS A SEGUIR: - ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO NÃO INFERIOR AO ANO VIGENTE AO DA ENTREGA, COR BRANCA OU PRATA QUANDO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO FABRICANTE E SOLICITADO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE, MOTOR GASOLINA/ÁLCOOL, COM POTÊNCIA A PARTIR DE 60 CV, COM NO MÍNIMO 03 CILINDROS - 04 PORTAS, CÂMBIO TRANSMISSÃO MANUAL, COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS SINCRONIZADAS À FRENTE E 01 À RÉ. - DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA. - SISTEMA DE SOM, INTEGRADO AO PAINEL, ORIGINAL DE FÁBRICA. - VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 04 PORTAS. ALARME ORIGINAL DO FABRICANTE SISTEMA DE	UNIDADE	01	R\$ 93.287,25	R\$ 93.287,25



	<p>ALARME COM ACIONAMENTO A DISTÂNCIA COM TRAVAMENTO E ACIONAMENTO DOS VIDROS. - AIR BAG MÍNIMO MOTORISTA E PASSAGEIRO. - CAPACIDADE MÍNIMA DE TANQUE: 40 LITROS OU SUPERIOR. - AR CONDICIONADO. - TAPETES DE BORRACHA, - PROTETOR DE CÁRTER E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CTB. - O VEÍCULO DEVERÁ TER TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN, E ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DO PROCONVE. (PROGRAMA DE CONTROLE DE POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES). - GARANTIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO ESTADO. 1º EMPLACAMENTO EM NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE, POR CONTA DA CONTRATADA</p>				
CUSTO TOTAL ESTIMADO					R\$ 93.287,25

9.1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

9.1.1. O veículo deverá estar estritamente enquadrado nos padrões de proteção ambiental exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e em conformidade com as diretrizes do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

9.1.2. O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado em nome do Município de Cacoal, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, do Certificado de Registro e Licenciamento



de Veículo em formato digital ou físico (CRLV-e) e do comprovante de transferência de propriedade, quando couber, sem qualquer ônus adicional à municipalidade.

9.1.3. O objeto deverá estar acompanhado do manual do usuário em língua portuguesa e da relação atualizada da rede de assistência técnica autorizada, além de conter todos os itens e acessórios de segurança e sinalização tornados obrigatórios pelas resoluções vigentes do CONTRAN.

9.1.4. O veículo ofertado deverá possuir assistência técnica autorizada situada dentro do Estado de Rondônia, em um raio de distância de até 300 km do município de Cacoal/RO. Tal exigência justifica-se pela necessidade de mitigar custos operacionais e evitar gastos dispendiosos com o deslocamento ou transporte do veículo até a sede da assistência técnica em caso de manutenções ou reparos.

9.1.5. A garantia técnica deverá ser de, no mínimo, 03 (três) anos, com termo inicial contado a partir da data de entrega definitiva e recebimento do veículo pela Administração.

9. METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO

9.1.1. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização combinada de pesquisa eletrônica e pesquisa direta junto ao mercado local, contemplando a consulta a pessoas jurídicas que exercem atividades compatíveis com o objeto pretendido. A pesquisa eletrônica foi realizada por meio de fontes públicas e especializadas, permitindo a obtenção de referências atualizadas e amplamente praticadas, enquanto a pesquisa direta possibilitou a coleta de informações junto a agentes econômicos atuantes na região, assegurando maior aderência à realidade local.

9.1.2. Destaca-se que a coleta de dados foi direcionada ao maior número possível de agentes econômicos, com vistas à ampliação da base de consulta e à obtenção de múltiplas referências de preços, conferindo maior robustez, confiabilidade e representatividade aos valores levantados. Tal procedimento visa garantir que a estimativa de preços reflita, de forma fidedigna, as condições praticadas no mercado, em observância aos princípios da economicidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

9.1.6. O custo estimado perfaz **R\$ 93.287,25 (NOVENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E OITENTA E SETE RAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).**

9.1.3. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

9.2. DO HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMOS:



HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO	
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO OU NÚMERO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO	INVESTIMENTO ESTIMADO/HOMOLOGADO
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO PROCESSO ELETRÔNICO Nº4759/PMC/2025.	VALOR HOMOLOGADO: R\$ 86.500,00

9.2.1. A unidade forneceu o histórico detalhado relativo à aquisição de veículos destinados à premiação do programa IPTU Premiado. Tais registros demonstram a regularidade e a periodicidade desta política pública em exercícios anteriores, servindo como parâmetro sólido para a manutenção do modelo de premiação por meio de bem físico, em conformidade com os resultados positivos de arrecadação alcançados em períodos pretéritos.

9.2.2. Dessa forma, o veículo destinado à premiação encontra-se devidamente lastreada na série histórica de execução do programa de incentivo à adimplência tributária.

10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO OBJETO

10.1. Para a pretensa execução, aplicar-se-á o conjunto de requisitos legais e normativos subsecutivos, os quais devem nortear todas as etapas do fornecimento e o posterior recebimento dos objetos:

- **LEI FEDERAL Nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024** - Regulamenta a aplicação da nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Cacoal/RO, devendo ser observado para a correta instrução processual.
- **LEI FEDERAL Nº 8.078/1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** - Aplicável subsidiariamente no que concerne à garantia legal, vícios do produto e responsabilidade civil do fornecedor, sem prejuízo da garantia contratual mínima exigida no Termo de Referência.
- **CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)** - Lei nº 9.503/1997, que define as normas gerais de circulação, conduta e as características obrigatórias dos veículos.
- **RESOLUÇÕES DO CONTRAN** - Especialmente as que tratam de equipamentos obrigatórios, tais como cintos de segurança, airbags frontais, sistema de freios ABS, encostos de cabeça e sistemas de sinalização luminosa e refletiva.
- **PORTARIA SENATRAN Nº 1.211/2022** - E demais normas atualizadas que regulamentam a emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo eletrônico (CRLV-e) e do Documento de Segurança para fins de emplacamento.



- **RESOLUÇÕES CONAMA E PROGRAMA PROCONVE** - Exigência de conformidade com os limites vigentes de emissão de gases poluentes e ruídos para veículos automotores.
- **PROGRAMA BRASILEIRO DE ETIQUETAGEM (PBE VEICULAR - INMETRO)** - O veículo deve possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), informando a eficiência energética e o consumo de combustível, visando atender ao princípio da sustentabilidade e economia operacional.
- **LEI MUNICIPAL Nº 4.562/PMC/2020 E DECRETO Nº 8.175/PMC/2021** - Normas que fundamentam juridicamente o Programa IPTU Premiado, estabelecendo os critérios para a entrega do bem físico e a proibição de conversão da premiação em dinheiro.

11. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

11.1. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

11.1.1. Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.

11.1.2. Dessa forma, conclui-se que a execução poderá ser iniciada oportunamente, em consonância com o planejamento estabelecido, não havendo óbices de ordem técnica, administrativa ou logística que impeçam o regular desenvolvimento das etapas subsequentes do processo.

11.2. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

11.2.1. A presente pretensão de aquisição caracteriza-se por sua autonomia técnica e administrativa, não guardando relação de vinculação ou dependência obrigatória com outros processos de contratação ou procedimentos em curso no âmbito do Município. O objeto foi dimensionado para atender de forma imediata e específica às necessidades da unidade demandante e ao programa de adimplência fiscal IPTU Premiado, possuindo dotação orçamentária própria e cronograma de execução independente.

11.2.2. Não obstante a independência deste processo, ressalta-se que a Administração poderá projetar, em momento oportuno, a instauração de procedimento destinado à formação de Sistema de Registro de Preços (SRP). Tal iniciativa visaria o atendimento de demandas futuras e eventuais de objetos correlatos, com o intuito de suprir necessidades supervenientes de outras unidades integrantes da Administração Pública Municipal que venham a manifestar



interesse em itens de mesma natureza.

11.2.3. Portanto, a execução deste objeto não fica adstrita a condicionantes externas, assegurando-se a celeridade do rito processual vigente, sem prejuízo da utilização de estudos de mercado e parâmetros aqui estabelecidos para subsidiar planejamentos futuros focados na economia de escala e na padronização por meio do registro de preços.

12. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento adotado de Menor Preço, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decorrência do atendimento das especificações do objeto e das regras do certame.

13. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPRESA E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

13.1. Aplica-se no que couber os ditames previstos na Lei 123/2006, assim como na Lei 147/2014 Federal e em especial na Lei nº 3.696/PMC/2016 Municipal, e Decreto Municipal nº 9.592/2023 no que diz respeito ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI.

13.2. A forma de aplicação do tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI, no âmbito do Municipal e Regional é regida pelo que segue:

- a)** Os itens que na sua composição de preços apresentam valores iguais ou inferiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva das ME, EPP e MEI, conforme estabelecido no Art. 33 da Lei 3.696/PMC/2016.
- b)** Os itens cujos preços são superiores a R\$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) terão cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI em até 25%, ficando o quantitativo remanescente de ampla concorrência, conforme de terminação legal do Art. 35 Lei 3.696/PMC/2016.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA

14.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação, considerando a necessidade de garantir a integral responsabilidade da contratada quanto ao fornecimento do veículo, observando as especificações técnicas, condições de garantia, procedência e regularidade documental exigidas pela Administração.

14.2. A aquisição de veículos automotores caracteriza-se como fornecimento de bem específico e padronizado pelo fabricante, devendo o veículo ser entregue novo, sem uso anterior, acompanhado de garantia de fábrica, manual, certificações obrigatórias e aptas ao primeiro emplacamento.



14.3. A eventual subcontratação poderá comprometer o controle da execução contratual, a rastreabilidade do fornecimento, os prazos de entrega, a garantia do fabricante e a responsabilização por eventuais vícios, defeitos ou desconformidades do objeto.

14.4. A contratação direta de empresa regularmente habilitada assegura maior eficiência na fiscalização contratual, transparência na execução do fornecimento e segurança jurídica quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

14.5. Ressalta-se que a vedação à subcontratação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de empresas aptas a fornecer integralmente o objeto pretendido, em conformidade com as exigências estabelecidas pela Administração.

14.6. Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se adequada e necessária para assegurar a qualidade do objeto, a eficiência da contratação e a proteção ao interesse público.

15. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

15.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em forma de consórcio na presente contratação, considerando a natureza comum, simples e padronizada do objeto.

15.2. A aquisição pretendida refere-se ao fornecimento de veículo automotor amplamente comercializado no mercado, não apresentando complexidade técnica ou operacional que justifique a reunião de empresas para sua execução.

15.3. A participação de consórcios poderia ocasionar maior complexidade administrativa e dificultar a definição das responsabilidades contratuais relacionadas à entrega, garantia, assistência técnica e regularidade documental do veículo.

15.4. A contratação de empresa única proporciona maior controle administrativo, facilita a fiscalização pela Administração Pública e assegura responsabilização direta pelo cumprimento das obrigações contratuais.

15.5. A vedação à participação de consórcios não restringe a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores aptos a atender integralmente às exigências previstas no instrumento convocatório.

15.6. Assim, a não admissão de empresas reunidas em consórcio mostra-se medida proporcional e adequada, visando garantir maior eficiência contratual, segurança jurídica e atendimento ao interesse público.

16. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal N.º 14.133/2021:

16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.2.1. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador (es) da empresa;

Prefeitura Municipal de Cacoal – Rua São Francisco nº 3143 - Bairro Industrial. CEP: 76.963-490
Contatos institucionais: (69) 3907-4096 - nfp.cacoalro@gmail.com



16.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

16.2.3. Ato constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, Estatuto Social, acompanhado da ata de eleição de sua atual Administração, registrados e publicados;

16.2.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

16.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, se participar em regime de consórcio.

16.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

16.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;

16.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **16.3.3.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

16.3.6. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei;

17. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

17.1. DO LOCAL:

17.1.1. O Veículo deverá ser entregue no Almojarifado Central da Administração Municipal, localizado na Avenida Araçatuba, nº 2296, Bairro Industrial, no Município de Cacoal/RO.

17.1.2. O local dispõe de estrutura adequada para recebimento, conferência e devendo a contratada observar rigorosamente o horário de funcionamento, compreendido entre 7h30 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.



17.2. DO PRAZO:

17.2.1. O prazo para a entrega do veículo será de até 60 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela contratada.

17.2.2. O prazo estabelecido considera a natureza do objeto a serem fornecidos, bem como as condições logísticas necessárias para separação, transporte e entrega, sendo compatível com o interesse da Administração.

17.2.3. A contratada deverá iniciar as providências para atendimento da demanda imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho, garantindo o cumprimento do prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

17.3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

17.3.1. Caberá à contratada observar integralmente as condições técnicas, operacionais e administrativas previstas neste Termo de Referência, garantindo que os materiais fornecidos estejam em conformidade com as especificações exigidas.

17.3.2. O veículo deverá atender integralmente às disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais normas aplicáveis, devendo ser fornecidos em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou desconformidades.

17.3.3. O recebimento será realizado por Comissão de Recebimento designada por portaria específica, observando-se o disposto no art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

II - em se tratando de compras:

I – provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, com posterior verificação da conformidade do material com as exigências contratuais;

II – definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

18.1. Atesta-se que, consoante as informações exaradas no Documento de Formalização de Demanda (DFD), oficializado pela unidade demandante, a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.



18.2. Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

18.3. Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes do Documento de Formalização de Demanda (DFD), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

18.4. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Prefeitura, conforme detalhamento constante nas tabelas subsequentes:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	GESTÃO ADM SEMFAZ
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	04.123.0002.2.025
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS
FONTE	15000000
REDUZIDO	55

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

19.1. DA CONTRATANTE:

19.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

19.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo;

19.1.3. Verificar se a execução está em conformidade com o objeto contratado, nos termos do detalhamento constante deste Termo de Referência;

19.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução contratual, adotando as providências necessárias para sua correção ou, se for o caso, para a rejeição do objeto;

19.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;



19.1.6. Aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2. DA CONTRATADA:

19.2.1. As obrigações da Contratada decorrem da aplicação da Lei nº 14.133/2021, das demais normas pertinentes e das disposições previstas neste Termo de Referência.

19.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.2.3. Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

19.2.4. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual;

19.2.5. Fazer acompanhar a execução da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar referência ao processo e à correspondente nota de empenho da despesa, com a devida discriminação dos valores;

19.2.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação;

19.2.7. Comunicar à Contratante, verbalmente no prazo de 3 (três) dias e por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, quaisquer fatos ou circunstâncias que impeçam, ainda que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações contratuais, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

19.2.8. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive as relativas à locomoção e encargos relacionados ao pessoal envolvido;

19.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato;

19.2.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

19.2.11. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de seu envio;

19.2.12. Responder integralmente pelos prejuízos que vier a causar à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente das demais sanções contratuais ou legais cabíveis.

20. DO PAGAMENTO



20.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada quanto à regular execução, sendo efetuadas as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente.

20.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à Contratante para fins de atesto, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e os dados bancários da Contratada.

20.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) estar acompanhada(s) das certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista perante os órgãos competentes, admitindo-se certidões positivas com efeitos de negativas, nos termos da legislação aplicável.

20.4. Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária.

20.5. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária, calculada entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = (TX/100)/365

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; (IGP-M)

20.6. Havendo erro, inconsistência ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, com a indicação dos motivos que ensejaram sua rejeição, ficando o pagamento suspenso até a regularização da pendência. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da apresentação do documento fiscal regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

20.7. A Administração não efetuará pagamento sem prévia e formal autorização, relativamente a obrigações que lhe sejam cobradas diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, ressalvadas as determinações judiciais devidamente formalizadas.



20.8. Os encargos financeiros, processuais ou de qualquer outra natureza, decorrentes da inobservância de prazos ou obrigações por parte da CONTRATADA, serão de sua exclusiva responsabilidade.

21. REGIME DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Der causa à inexecução total do contrato;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX.** Fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar



no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

IV. A aplicação da multa prevista no inciso II do art. 155 será calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;

V. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

VI. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

VII. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

VIII. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

IX. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

X. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para o Contratante;

21.4. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

21.5. Na aplicação das sanções deverá ser observado o princípio da proporcionalidade;



21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

21.7. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

21.8. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

21.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021);

21.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021);

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

22.1. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes aplicáveis à execução do objeto deste Termo de Referência.

22.2. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para que a execução do objeto não resulte em qualquer forma de degradação ao meio ambiente.

22.3. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

22.3.1. A execução do objeto e a consequente utilização dos veículos geram impactos ambientais inerentes à atividade de transporte motorizado. Entre os principais pontos identificados, destacam-se a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes atmosféricos decorrentes da combustão, a geração de resíduos sólidos e líquidos provenientes das



manutenções periódicas (como óleos lubrificantes, filtros, pneus e baterias) e a poluição sonora decorrente do tráfego urbano.

22.4. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:

22.4.1. Para neutralizar ou minimizar os efeitos degradadores, a Administração Pública deverá exercer de forma ativa as seguintes medidas durante a execução e uso do objeto:

22.4.2. A Administração deverá exigir e verificar, no ato do recebimento, o atendimento aos limites de emissões estabelecidos pelo Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) e as normas do CONAMA, garantindo que apenas bens com tecnologia de baixa emissão sejam incorporados à frota.

22.4.3. Deverá ser exercido o monitoramento constante do consumo de combustível e da eficiência energética dos veículos, pautando-se pelas informações do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE Veicular) do INMETRO, visando reduzir a pegada de carbono da unidade administrativa.

22.4.4. Caberá à Administração assegurar a realização rigorosa das manutenções preventivas, garantindo a regulagem dos motores para a queima eficiente de combustível e evitando o descarte irregular de fluidos que possam contaminar o solo e os recursos hídricos.

22.4.5. A Administração deverá exercer o controle sobre o descarte dos componentes substituídos, assegurando que itens como pneus, baterias e lubrificantes usados sejam encaminhados para processos de logística reversa ou descarte ambientalmente adequado, conforme a legislação vigente.

23. DOS CASOS OMISSOS

23.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cacoal/RO, 02 de Junho de 2026.



RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
MÁBILY L. R. DE OLIVEIRA
ASSESSORA TÉCNICA EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS
MATRÍCULA Nº 10818

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
THAYNARA GALTER
CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS - NFP
PORTARIA Nº 506/NFP/PMC



Em face do exposto no presente Termo de Referência, e considerando a consistência das informações técnicas, operacionais e de planejamento nele contidas, os signatários abaixo identificados manifestam sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que o Termo de Referência reúne os elementos necessários à adequada caracterização do objeto, à estimativa de custos e à definição dos critérios de execução e participação, de forma clara, objetiva e suficiente, restando evidenciada a sua aptidão para subsidiar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o atendimento do interesse público.

Declaram, ainda, que as informações relativas às respectivas áreas de atuação encontram-se devidamente analisadas e validadas, especialmente quanto à compatibilidade da demanda com as necessidades institucionais identificadas.

[ASSINADO ELETRONICAMENTE]
GILMARA ALVES MACÊDO GUERREIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ
DECRETO N.11.124/PMC/2026

